



Mestre e Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), professor do curso de Arquivologia e do Programa de pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF), Renato de Mattos vem preencher uma lacuna bibliográfica acerca dos acervos presidenciais brasileiros. Lançada em 2025, a obra, que integra a coleção *Arquivo & Arquivologia* da editora mineira Fino Traço, nos conduz com maestria pelos meandros e ambiguidades do tema. Resultado de extensa pesquisa, o autor se baseia em vasta bibliografia, documentos e legislação para problematizar e discutir, em três capítulos, o que, na sua investigação, aparece como os principais aspectos que marcam a institucionalização dos acervos dos presidentes da República brasileiros. Ilustrado com fotos, gráficos e quadros, além de um anexo que mapeia as instituições custodiadoras de acervos presidenciais brasileiros, desde Deodoro da Fonseca, o primeiro presidente do Brasil republicano, e quinze páginas de referências

confirmam a solidez da obra, incontornável para os interessados no assunto.

Renato de Mattos inicia o livro tendo como pano de fundo a redemocratização do Brasil após a Ditadura militar (1964-1985), identificando e analisando as iniciativas de pessoas, instituições, associações de classe e do próprio Executivo federal, no sentido de fazer um diagnóstico da situação dos acervos presidenciais dispersos e propor soluções para o seu enquadramento normativo. Fica claro o papel pioneiro do então presidente da República José Sarney (1985-1990), o qual, ainda que impulsionado pelo interesse para com o seu próprio acervo, mobilizou entidades como o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional, o Museu da República, a Fundação Nacional Pró-Memória, etc. sob as diretrizes da Comissão Memória dos Presidentes da República. De fato, essa articulação criaria as condições para a elaboração de um projeto de lei que resultou na promulgação da primeira lei para disciplinar os acervos presidenciais, porém ainda com muitas imprecisões quanto ao enquadramento desses, especialmente a delimitação entre público e privado. Um decreto

de 2002, assinado pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002), estabeleceria, nas palavras do autor, “relativa precisão” quanto a esses aspectos. O assunto, contudo, não se encerraria aí, mesmo porque muitos questionamentos ainda permaneciam.

Nos anos 2000, a conjuntura política nacional, sob uma outra perspectiva, iria incidir novamente no debate sobre os acervos presidenciais. Renato de Mattos traz uma questão bem interessante e original que diz respeito às circunstâncias nas quais, ao menos no Brasil, os acervos presidenciais recebem atenção da imprensa nacional. Não é casual o fato de um dos capítulos se intitular *Entre escândalos e polêmicas: os acervos presidenciais em foco*, onde são analisados os casos que alcançaram enorme repercussão na imprensa e que dizem respeito à destinação dos acervos relativos aos dois mandatos consecutivos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010) e da ex-presidenta Dilma Rousseff (2011-2014; 2015-2016)¹. O autor, alinhavando os fatos, dá sentido à cronologia à luz do tema estudado. Assim, o presidente Lula, cuja história se situa à esquerda do espectro político, recebe atenção diferenciada da imprensa. Enquanto Fernando Henrique Cardoso pôde articular a criação do Instituto que levaria seu nome e abrigaria o seu acervo - inaugurado em 2004 -, após o fim do seu segundo mandato, Lula não teve mecenas para financiar a criação de uma instituição que custodiaria seu acervo, abrigado, inicialmente, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, fato esse objeto de polêmicas. Como observado pelo autor, a decisão de Lula quanto ao destino do acervo baseou-se no art. 13º da Lei nº 8.394/1991 e isso, até então, não havia despertado o interesse da imprensa. Porém, Lula foi acusado de “roubar” um crucifixo que pertenceria ao Estado. Posteriormente, ressalta Renato de Mattos, foi provado que o crucifixo havia sido um presente pessoal a Lula. Entretanto, o assunto voltaria com força durante a Operação Lava Jato². No caso de Lula, até o Tribunal de Contas da União (TCU) foi solicitado por um senador da direita, ligado ao agronegócio, para investigar “desvios ou desaparecimento de bens pertencentes à União”. Em virtude disso, o TCU publicou um Acórdão, em 2016, no qual concluía por “graves irregularidades”. Em suma, no clima da Operação Lava Jato, o assunto dos acervos presidenciais amplificou-se, em forma de “escândalo” e não para discutir seriamente como regulamentar a custódia e a preservação desses acervos. Personagens como o senador citado, que nunca haviam demonstrado nenhum interesse pelo destino dos acervos presidenciais, preocupavam-se com o que Lula faria do seu.

¹ Reeleita pelo voto popular para um segundo mandato, a ex-presidenta Dilma Rousseff sofreu um golpe parlamentar que levou ao seu *impeachment* em agosto de 2016. O motivo para isso teria sido “pedaladas fiscais”, termo cunhado durante o processo do golpe e que significa “atrasos proposais de pagamento de dívidas do governo federal para burlar a Lei de Responsabilidade Fiscal”. Entretanto, isso não foi uma particularidade do governo Dilma. Estudos mostraram que a prática já ocorria pelo menos desde o segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso.

² A Operação Lava Jato foi deflagrada em março de 2014, supostamente para investigar esquema de “lavagem e desvio de dinheiro” envolvendo a Petrobrás, a empresa estatal brasileira de petróleo. O então juiz federal Sérgio Moro foi o responsável por conduzir as ações penais. No âmbito dessa operação, o juiz mandou prender o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2017. Entretanto, jornalistas investigativos do site *The Intercept Brasil* começaram a divulgar, em junho de 2019, mensagens secretas entre o juiz Sérgio Moro e os Procuradores do caso, o que culminou com a invalidação do processo. Para mais detalhes, ver Letícia Duarte e *Intercept Brasil - Vaza Jato: os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil*. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

Entretanto, em abril de 2021, o Supremo Tribunal Federal anulou as ações penais contra Lula por estas não se enquadrarem no contexto da Lava Jato e, afinal, nada ficou provado contra Lula.

A irrupção do tema na imprensa corporativa atinge ares de série de *streaming* quando é noticiado que o ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), de extrema-direita, havia se apropriado de presentes ofertados a ele e sua esposa em função do cargo que ocupavam, compreendendo colares, relógios, anéis, canetas, abotoaduras e uma escultura de um cavalo, avaliados em 16 milhões de reais. Esse é o ponto de partida do terceiro capítulo, que percorre todo o imbróglio que mobilizou várias instituições federais, incluindo a Polícia Federal. De fato, ficou comprovado que houve tentativa de venda dos presentes quando o ex-presidente (derrotado nas urnas por Luiz Inácio Lula da Silva) viajou para os Estados Unidos, ainda em dezembro de 2022, sem passar a faixa presidencial.

Ao mesmo tempo, Renato de Mattos mostra que nesses anos 2000, sob governos civis, há várias iniciativas de instituições como o Arquivo Nacional (AN) no sentido de resgatar acervos presidenciais – ou parte deles – como foi o caso dos acervos do ex-presidente João Goulart (1961-1964), deposto pelo golpe militar de 1964; documentos audiovisuais e cartográficos do ex-presidente José Sarney (1985-1990). Igualmente, negociações foram feitas com o Exército brasileiro para que o AN o assessorasse quanto ao tratamento de acervos de presidentes militares sob a custódia do Exército. Apenas em 2009, ano da criação do Projeto *Centro de Referência das Lutas Políticas - Memórias reveladas*, o Exército finalmente aceitou a assessoria técnica proposta pelo AN. Observa-se, contudo, uma tensão, fruto das críticas às Forças Armadas e seu papel na repressão política durante a Ditadura militar³.

Com a clareza de que as questões que envolvem os acervos presidenciais não são especificidade do Brasil, o autor, para efeito de comparação, nos remete às experiências estadunidense, britânica e argentina quanto à legislação que rege os acervos de presidentes da República. Sobre esse ponto, gostaríamos que ele tivesse ampliado a comparação incluindo também a França e Portugal. Em outro momento do livro, o autor lembra, por exemplo, que a Fundação Mário Soares, do ex-Presidente português (que foi também Primeiro-ministro) serviu de modelo para a criação da Fundação Fernando Henrique Cardoso. Quanto ao financiamento visando os acervos presidenciais, o autor foi muito feliz ao nos mostrar duas experiências que adotaram lógicas diferentes entre si - a França e os Estados Unidos - o que resulta em abordagens distintas de proteção e financiamento.

Preocupado com os desafios que se impõem à questão dos acervos presidenciais brasileiros, o autor se mostra preocupado com o fato de parlamentares estarem propondo projetos de lei apenas inquietos com o destino de presentes caros, tendo ainda muito presente o caso de Jair Bolsonaro. Entretanto, observa, nenhum deles se preocupa efetivamente com o problema essencial, que passa pela delimitação clara entre público e privado de todo o acervo presidencial que, segundo suas palavras, “integra todo o conjunto documental – independentemente de formato, gênero ou suporte” com a concepção contida na Lei nº 8.394/91 de que esse conjunto é parte integrante do patrimônio cultural brasileiro.

³ Ao final de Ditadura militar, intensificaram-se as reivindicações pela abertura dos arquivos do período para fins de esclarecimento da história e reparação pela violação dos direitos humanos, com assassinatos, torturas e desaparecimento de opositores ao regime militar. A criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2011, ao mesmo tempo que a Lei de Acesso à Informação (LAI), iria alçar essas reivindicações a outro patamar institucional.

Dada a extensão da sua pesquisa, o autor não se furtou a lembrar a urgência de uma atenção legislativa séria sobre os acervos presidenciais brasileiros, citando alguns casos recentes em que acervos de ex-presidentes sofreram sinistros por não estarem sob custódias de instituições capacitadas para tal. Igualmente, ele chama a atenção para a fragmentação desses acervos, abrigados em diferentes instituições, bem como certas experiências temerárias como a desagregação dos conjuntos documentais baseada nos suportes. A dificuldade de acesso amplo a esses acervos é um dos graves problemas apontados pelo autor e isso devido a inúmeros fatores.

Por fim, em suas conclusões, Renato de Mattos insiste sobre o problema causado pela ausência de critérios que circunscrevam esses acervos quanto à sua natureza jurídica, pública ou privada. Ele também faz um justo apelo à união de esforços dos detentores de acervos presidenciais, sob a coordenação da Comissão Memória dos Presidentes da República, além de convidar a comunidade arquivística para que inclua a temática dos acervos presidenciais em suas pesquisas. E com toda razão: num país como o Brasil, onde convergem a centralidade do presidente da República e o imaginário da sociedade a respeito de seu papel (para o bem ou para o mal), garantir a preservação desse acervo, bem como normatizar democraticamente seu acesso, é fundamental para a pesquisa. Esses acervos podem fornecer pistas importantes para entendermos, em especial, a relação entre os presidentes da República do Brasil e a população. Lembrando que parte desses acervos é composta de correspondência recebida pelos presidentes.

Georgete Medleg Rodrigues | medleg.georgete@gmail.com

Faculdade de Ciência da Informação - Universidade de Brasília (UnB), Brasil